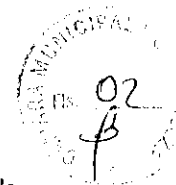


CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA  
PROTOCOLO Nº 2119  
DATA: 23, 12, 2014  
HORA: 17-00  
*Elpidio Nogueira*  
Presidente



Prefeitura de  
**Fortaleza**



**MENSAGEM DE VETO Nº 0033 DE 23 DE dezembro DE 2014.**

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do Art. 83, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Fortaleza, decidi vetar integralmente, o Projeto de Lei nº 0127/2014 que "Assegura a reserva da primeira fila de assentos, na salas de aula, aos alunos com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), no âmbito da rede pública municipal de educação, e dá outras providências" de autoria do Vereador Elpidio Nogueira.

Vale ressaltar a louvável altivez da iniciativa do nobre Vereador do Projeto de Lei mencionado com a preocupação em oferecer um tratamento privilegiado aos alunos que necessitam de atenção especial.

No entanto, uma das premissas propagadas para o ensino é a da inclusão dos alunos que sofram de qualquer enfermidade, com a finalidade de, na medida do possível, integrá-los à comunidade estudantil sem qualquer espécie de discriminação.

O Projeto de Lei sob exame promove justamente um destacamento dos estudantes acometidos pelo citado transtorno, atribuindo-os um lugar de destaque, inibindo a utilização dos assentos por outros estudantes não portadores de tal enfermidade, o que poderá causar sério isolamento, bem como tratamento diferenciado por parte dos próprios discentes.

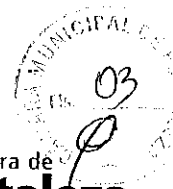
A Constituição Federal de 1988, em seu art. 5º, assegura o tratamento isonômico, sem distinção de qualquer natureza. Aliado a isso, tem sido amplamente divulgado nos meios midiáticos e jornalísticos, as ações afirmativas no sentido de imprimir projetos propositivos para amenizar a desigualdade entre os indivíduos.

Todavia, apesar de certamente o projeto de lei buscar ofertar um tratamento privilegiado àqueles que necessitam de cuidados especiais, o objeto da pretensa proposta legislativa vai de encontro ao princípio da isonomia, pelo fato de tão somente ofertar a reserva dos primeiros lugares aos mencionados estudantes.

Sua Excelência o Senhor  
Vereador Walter Lima Frota Cavalcante  
Presidente da Câmara Municipal de Fortaleza



Prefeitura de  
**Fortaleza**



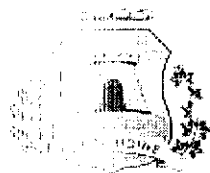
Entende-se, portanto, que somente a reserva não tem o condão de provocar integração entre os atores envolvidos na educação, muito ao revés, pode, inclusive, segmentar ainda mais os estudantes.

Diante dos motivos acima expostos, resolvo VETAR INTEGRALMENTE o Projeto de Lei *in casu*, por incorrer em inconstitucionalidade, o que faço sob o pálio do Art. 83, IV da Lei Orgânica do Município de Fortaleza, que ora submeto à elevada apreciação dos senhores membros da Câmara Municipal de Fortaleza.

PAÇO MUNICIPAL, Fortaleza, 22 de dezembro de 2014.

  
**ROBERTO CLÁUDIO RODRIGUES BEZERRA**  
Prefeito Municipal de Fortaleza





LEI N.º

, DE

DE

DE 2014.

*Assegura a reserva da primeira fila de assentos, nas salas de aula, aos alunos com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), no âmbito da rede pública municipal de educação, e dá outras providências.*

**FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:**

**Art. 1º** Fica assegurada a reserva da primeira fila de assentos, nas salas de aula, aos alunos com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), no âmbito da rede pública municipal de educação, mediante a apresentação de laudo médico especializado que comprove a patologia apontada.

**Art. 2º** Os projetos e ações voltados ao cumprimento desta Lei serão amplamente divulgados, de forma a propiciar a efetiva participação da sociedade civil

**Art. 3º** O Poder Executivo, através da Secretaria Municipal de Educação (SME), regulamentará a presente Lei, no que couber, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados da data de sua publicação, podendo firmar parcerias com entidades públicas ou privadas, objetivando a consecução dos objetivos previstos neste diploma legal.

**Art. 4º** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente, a serem suplementadas se necessário.

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor no prazo de 90 (noventa) dias de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço da Prefeitura Municipal de Fortaleza, em

de

de 2014.

**ROBERTO CLÁUDIO RODRIGUES BEZERRA**  
Prefeito Municipal de Fortaleza



## Câmara Municipal de Fortaleza

---

### FOLHA DE DESPACHO

Nº. DE ORDEM 02119/2014

A

Coordenadoria Geral Legislativa

Para análise e providências

Fortaleza, 15 de Janeiro de 2015.

  
ROBSON DE OLIVEIRA LOUREIRO

Diretor Geral da Câmara Municipal de Fortaleza